

O ENSINO DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

PROPOSTAS À ANPUR

ANA CLARA TORRES RIBEIRO

R E S U M O *O texto visa reconhecer desafios da formação na área do planejamento urbano e regional, associados à sua história acadêmica e às dificuldades experimentadas na atualização de seus fundamentos disciplinares e técnicos. Neste sentido, registra impactos na área com origem em mudanças na ação do Estado, na configuração de sujeitos sociais, na relação entre técnica e ciência, no mercado de trabalho e na teoria do espaço. Visando estimular a reflexão específica do ensino, o texto propõe o exame destes impactos a partir dos seguintes ângulos: práticas didáticas; experiência da interdisciplinaridade; expectativas da formação; renovação dos fundamentos da área e condições institucionais da docência. Por fim, são feitas sugestões à Anpur, com o objetivo de favorecer o debate, entre as instituições filiadas, da transmissão do conhecimento, assim como da formação de novos pesquisadores.*

P A L A V R A S - C H A V E *Ensino; espaço; planejamento; interdisciplinaridade; didática.*

“a antropologia sempre teve um sentido bem aguçado de que aquilo que se vê depende do lugar em que é visto, e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo”
Clifford Geertz, O saber local.

RÁPIDAS PALAVRAS INICIAIS

As propostas para o ensino, aqui brevemente apresentadas, buscam refletir o contexto, mais amplo, em que hoje são desenvolvidas práticas didáticas na área do planejamento urbano e regional. Há, certamente, excesso de propostas, mas o diálogo ajudará a selecionar as que são, de fato, coerentes, pertinentes e/ou exequíveis. Além disso, como os fatos citados na reflexão do contexto expressam uma única e desafiadora ambiência universitária, o leque de propostas poderá ser reduzido pelo compartilhamento de experiências e pelo enfrentamento conjunto dos desafios conjunturais que atingem a área. Aliás, o ensino – mais do que a pesquisa, a extensão e a produção científica – constitui a verdadeira tarefa coletiva do trabalho universitário; e, por essa razão, a mais dependente do diálogo e da mútua compreensão.

Além disso, a seleção de propostas dependerá das trajetórias individuais reunidas nas instituições e dos diferentes caminhos percorridos por cada programa de pós-graduação, nos processos de construção do planejamento urbano e regional como área exigente de formação acadêmica e investimentos científicos. Sem dúvida, essa área, relativamente jovem, encontra-se configurada como um campo de estudos em permanente transformação seja

pela agregação de novas disciplinas e temáticas seja por ajustes teórico-conceituais e metodológicos trazidos pela expansão de suas fronteiras, o que desafia fortemente o ensino.

Em síntese, essa é uma área particularmente sensível a mudanças no teor dos projetos sociais; bastando citar, nessa direção, a recente inclusão, em seu cerne, da questão ambiental e daquelas questões que têm origem na atual centralidade das políticas culturais, em seus vínculos com velozes alterações na base técnica da vida coletiva. Num contexto de aceleração da mudança nas relações sociais e técnicas, principalmente nos países periféricos (Santos, 1993), constitui um forte desafio preservar a coerência analítica da área, o que torna especialmente relevantes, e também estratégicas, as decisões relativas aos conteúdos obrigatórios da formação de novas gerações de especialistas.

DESAFIOS DA ATUALIZAÇÃO

A área do planejamento urbano e regional encontra-se submetida a pressões que atingem a evolução orgânica do ensino, como exemplifica a rápida difusão de novas orientações teóricas e de método, mesmo quando são tratados temas tradicionalmente incluídos em sua dinâmica. Mas, o grande exemplo de pressão relaciona-se a mudanças na administração pública e em papéis assumidos pelo Estado. Para a área, esta última frente de processos possui especial relevância, na medida em que a ação do Estado encontra-se na sua origem, constituindo, portanto, um tema irrecusável de reflexão. E mais, as atuais mudanças na ação planejadora (e planejada) ultrapassam a preocupação com o Estado, atingindo os debates contemporâneos em torno do tecido social, como demonstra a valorização do cotidiano e do lugar; das articulações entre escalas na realização da economia; do conceito de espaço; dos sentidos da política e da democracia.

Dessa maneira, a atualização da área, realizada no ritmo das mudanças conjunturais, impõe tanto a identificação de rearranjos nas relações econômicas e sociais de teor efetivamente estrutural quanto o mapeamento dos valores hoje difundidos pela produção científica associável à área. Trata-se, concretamente, de um movimento de atualização marcado pela simultaneidade entre a vivência da mudança e a obrigação de sua análise, através do encontro de orientações conceituais que reconheçam tanto o esgotamento de teorias, na nova fase do capitalismo, como o esmaecimento de projetos políticos que, até recentemente, orientavam a reflexão crítica das relações sociedade–espaço (Deak, 2001).

A exigência de contínua atualização, decorrente da sua origem na ação planejadora do Estado, impõe que a área articule novas orientações teórico-conceituais a antigos acervos, garantindo sua coesão interna, evitando mimetismos e desvendando instrumentos úteis à intervenção no presente. Nesse movimento de atualização, a área é portadora de responsabilidades com a valorização da historicidade e da territorialidade e, dessa forma, da singularidade da experiência social. Também é caracterizada por responsabilidades no que concerne à ampliação da capacidade propositiva dos diferentes sujeitos sociais envolvidos em reivindicações e decisões relativas à (re)organização do espaço.

É no atual período histórico que adquire visibilidade a problemática do espaço, alargando exigências relativas ao posicionamento da área em relação a problemáticas originadas em diferentes campos disciplinares e esferas da vida social. Nesse contexto, a área experimenta o difícil equilíbrio exigido pela tomada de posição qualificada diante de questões relevantes para o presente e o futuro e a defesa do tempo de reflexão, que é indispensável à pesquisa básica e à formação de novos profissionais. De fato, tende a ser ca-

da vez mais reduzido o tempo dedicado à formação, incluindo o do próprio professor, dadas a velocidade adquirida pela difusão de novas idéias (e ideários) e as atuais condições do trabalho universitário. Assim, corre-se o risco de que prevaleçam as regras do pensamento operacional e pragmático, o que atinge, sobretudo, o ensino, cujos frutos são esperados para além do presente imediato. A aceitação acrítica da aceleração permite que a renovação analítica envolva, num mesmo ritmo, professor e aluno, impossibilitando que, para o último, seja oferecido o acúmulo reflexivo indispensável a um longo (e, em grande parte, imprevisível) período de exercício profissional.

É indubitável que o ensino em planejamento urbano e regional não pode distanciar-se da “presentificação”, quando relacionada a ideários políticos e, sobretudo, à urgente análise de processos que reorganizam a economia e o território, marginalizando amplos contingentes de brasileiros. Essa é, sem dúvida, a marca de fundo da sua particular presença na problemática do espaço – a conjugação obrigatória de teoria e modelo; de análise e projeto; de pesquisa e intervenção (Topalov, 1997). Porém, é preciso garantir às práticas didáticas o tratamento da complexidade, necessário à valorização das singularidades de cada lugar, já que dessa valorização depende a concepção de intervenções socialmente conseqüentes no território e no tecido social, cabendo acrescentar que a compreensão da complexidade é, também, uma exigência do rigor científico, associado a descobertas relevantes de largo alcance (Morin, 1996).

DESAFIOS DA PEDAGOGIA

A força da presentificação, observada no alargamento das redes de intercâmbio acadêmico e na expansão das fronteiras da área, envolve alterações em escalas analíticas e no universo (e volume) dos fatos analisados (Santos, 1993). Essas alterações significam novas expectativas dirigidas, especificamente, ao ensino do planejamento urbano e regional. Porém, a verificação da qualidade do ensino oferecido tem sido concebida, em geral, por meio de critérios orientados pela pesquisa, pela produção científica e pela extensão e, menos, pelos rumos tomados pela pedagogia. É nessa ambiência que o ensino é tratado, freqüentemente, como prática sem obrigações e metas próprias, sendo refletido com base em parâmetros inspirados nas demais frentes do trabalho universitário: quantos alunos participam de grupos de pesquisa; quantos estiveram em congressos; quantos encontram-se envolvidos em atividades de extensão etc. Sem dúvida, esses parâmetros são importantes, mas não permitem apreender a sala de aula.

Para a observação desse espaço único, seriam necessários outros parâmetros, tais como aqueles relacionados à consistência da grade curricular; da estrutura das disciplinas; da concepção da avaliação de aprendizado; da renovação bibliográfica, além de contatos diretos com o corpo discente. A carência de uma reflexão consistente do ensino é portadora de riscos da sua rápida redução a formas, mais ou menos sofisticadas, de treinamento, especialmente em áreas inter e transdisciplinares, como é o caso do planejamento urbano e regional. O próprio compromisso da área com a consideração simultânea de teorias e modelos; com os vínculos entre análise e concepção de projetos; e, ainda, com o desvendamento de elos entre pesquisa e intervenção cria a ilusão de que o ensino pode ser realizado, de maneira privilegiada, com base em seus resultados (“produtos”).

Na ausência de formas adequadas de valorização do ensino, pode-se perder a compreensão de que grande parte dos resultados alcançados na área depende da transmissão

consistente dos fundamentos disciplinares que sustentaram a afirmação do planejamento urbano e regional no ensino da pós-graduação. É sintomático desse percurso de risco, que não é exclusivo da área aqui refletida, o fato de que, nas leituras predominantes do trabalho universitário, ocorra a secundarização da questão pedagógica, apesar dos desafios envolvidos na transmissão do conhecimento num período em que acontece a ampliação das articulações institucionais com diferentes níveis de governo, entidades da sociedade civil e grupos sociais. Novos profissionais procuram formação na área, estimulados por essas frentes de atuação, no mesmo momento em que a área é intensamente atualizada, por meio da absorção de matrizes teóricas inovadoras, da análise comparativa e da participação em debates de elevado interesse para o futuro da sociedade brasileira, sem contar os chamamentos que decorrem da gradual configuração da sociedade civil no mundo (cf. Eco 92; Habitat II; Rio+10).

Nessas circunstâncias, as práticas de ensino adquirem, por vezes, a fisionomia de uma (oculta) tarefa de Sísifo, por incluírem obrigações de costurar, lógica e didaticamente, o que está sendo – sob a égide da incerteza – esgarçado, transformado ou, apenas, aparentemente superado. O movimento de recuperação → atualização → superação de orientações teóricas e problemáticas, atualmente mais veloz, impõe o desvendamento de soluções pedagógicas coerentes, que garantam a consideração das exigências, que também são de método, do trabalho científico. O desvendamento sistemático de soluções pedagógicas é especialmente mais urgente e indispensável pelo fato de o ensino envolver a preparação de profissionais, por vezes já comprometidos com práticas docentes, nos níveis mais elevados da carreira universitária.

Tal preparação, com seu corolário de formas de acompanhamento e avaliação, impede o recurso, tão freqüente nas novas universidades particulares, a práticas de difusão do conhecimento que se limitam ao espírito da especialização e/ou da qualificação profissional. Evidentemente, essas práticas precisam ser, até um certo ponto, implementadas por todas as instituições de ensino; mas, estão longe de servir de abrigo ou celeiro de idéias para a reflexão da totalidade dos dilemas pedagógicos enfrentados. Entre esses dilemas, estão aqueles que significam a resistência à redução de teorias a modelos, de conceitos a fórmulas fáceis, que mais se aproximam de ideologias do que de instrumentos para a reflexão, e a implementação do planejamento territorial, em qualquer escala.

Por fim, convém recordar que o ensino tem sido crescentemente considerado apenas como uma fonte geradora de recursos financeiros, o que colabora para ampliar o número das instituições dedicadas à sua oferta e a fazer recuar, ainda mais, o indispensável enfrentamento da questão pedagógica. O estímulo ao ensino profissionalizante por órgãos da administração federal, cujos méritos não cabe aqui analisar (cf. Silva, 2002), significa um particular desafio para a área do planejamento urbano e regional. Ao mesmo tempo que é indispensável a formação de quadros, prevendo o desempenho de diferentes funções na administração pública e em segmentos da sociedade civil, é necessário manter a coesão acadêmica e os propósitos científicos que têm permitido alimentar o ensino.

DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIEDADE

Na história acadêmica da área, existem acúmulos reflexivos decorrentes da efetiva vivência do diálogo entre disciplinas. Estes acúmulos não podem ser avaliados, de forma satisfatória, somente através de pautas temáticas, como tantas vezes ensaia-se realizar em

eventos científicos ou no intercâmbio institucional. Trata-se, aqui, da tendência ao predomínio dos temas sobre as questões (ou problemáticas), o que, ao significar a aceitação implícita do pensamento pragmático, impede a consideração ampla e livre do ensino. A organização apenas temática da produção de conhecimento restringe o intercâmbio acadêmico e cria a imagem de que a formação acontece pelo acompanhamento arguto de mudanças superficiais nas ações do Estado, na atuação das firmas ou em formas de organização social. A difusão dessa imagem dificulta a correta transmissão da idéia nuclear de que o conhecimento em áreas inter e transdisciplinares é exigente de uma reflexão que envolva o trato cuidadoso de visões de mundo e, ainda, a observação de mudanças culturais que reposicionam a ciência nas expectativas da sociedade.

A carência de reflexão coletiva dessas mudanças cria obstáculos à compreensão das expectativas daqueles que procuram a pós-graduação na área, retendo a transmissão intergeracional do conhecimento. Na procura de formação na área, coexistem anseios de presença ativa em novos contextos socioespaciais e ambientes institucionais e, ainda, a esperança de que a continuação dos estudos abra caminhos para a afirmação profissional, num período em que a ameaça do desemprego também atinge os que completaram o terceiro grau e, até mesmo, alguns níveis da pós-graduação. Existem, assim, novas percepções de necessidades e novos projetos que não podem ser ignorados pelo ensino.

Também mudanças em expectativas de formação refazem, agora, critérios utilizados na valorização da técnica e de cada uma das disciplinas que, reunidas, constroem a área do planejamento urbano e regional. Em relação à técnica, é indispensável reconhecer que a formação na área exige o domínio de linguagens e equipamentos, associados ao conhecimento do território, do ambiente construído, da ação do Estado e da sociedade. Entretanto, constitui uma obrigação do ensino não apenas subordinar a técnica ao rigor exigido do processo de produção de conhecimento, colaborando para desmitificar a própria técnica, como, também, desvendar as potencialidades didáticas das tecnologias de informação e comunicação (Egler, 1998; Randolph, 1998).

Atualmente, antigas profissões perdem a sua costumeira posição no mercado de trabalho e como garantia de prestígio social, enquanto outras surgem, sem que a sua absorção no ambiente universitário seja, em geral, objeto de reflexão sistemática. Na intensificação desse processo, interferem a crescente mercantilização do ensino, a reorganização da economia, as novas formas de concepção e implementação das políticas sociais e mudanças no aparelho de governo. Tanto a perda de prestígio de algumas profissões como a criação de novas especialidades colaboram para a abertura do leque de expectativas que orienta a busca da pós-graduação. Dessa forma, anseios de formação com origens extremamente diversas terminam por encontrar seu abrigo mais propício nesse nível de ensino, modificando demandas absorvidas na sala de aula e conteúdos acadêmicos da relação orientador-orientando.

Curioso estudo seria aquele que se dedicasse a acompanhar alterações de carreira realizadas ao longo da formação dos que procuram a pós-graduação, especialmente o doutorado, na área do planejamento urbano e regional. Quantos novos tipos de profissionais surgiriam desse estudo? Quantos híbridos disciplinares apareceriam em seus resultados? Um estudo desse teor indicaria, provavelmente, a extrema riqueza da formação oferecida pela área. Porém, talvez indicasse, também, que a área tem recebido fortes impulsos em direção ao que pode ser denominado de *personalização do ensino*, o que significa ameaças de fragmentação institucional e de excessiva sobrecarga nas tarefas de orientação de dissertações e teses.

DESAFIOS DA FORMAÇÃO

Um estudo como o acima proposto poderia explicitar, ainda, os limites da interdisciplinariedade realmente sustentável na área (e por cada instituição), considerando os acúmulos de conhecimento já existentes, a experiência de ensino na pós-graduação e as exigências relativas à formação teórica e ao domínio de linguagens, métodos, técnicas e informações. De fato, se o trabalho interdisciplinar pode ser estimulante, e em geral o é, isso não significa que possa ser construído, de forma privilegiada, no âmbito individual ou, isoladamente, nos laboratórios. Acredita-se, ao contrário, que o pleno reconhecimento da natureza dos desafios do trabalho inter e transdisciplinar signifique um estímulo para que os cursos, reunidos pela área, busquem a mais ampla interlocução com outros departamentos e instituições, tais como aqueles dedicados à filosofia, às artes, ao direito e ao conhecimento geo-histórico.

Ao contrário da personalização do trabalho interdisciplinar, o avanço nas relações entre disciplinas será, sempre, uma tarefa coletiva, que exige a escolha de objetos e de questões que estimulem trocas acadêmicas e o encontro de conceitos. São as questões, aliás, que comprovam que a inter e a transdisciplinariedade podem resultar, efetivamente, em ganhos teóricos e no desvendamento de fenômenos e processos relevantes. Mais uma vez, trata-se de resistir, nas tarefas de ensino, à fratura temática, ao pragmatismo e à afirmação do pensamento operacional que, apenas na aparência, oferecem respostas consistentes às exigências do trabalho socialmente relevante.

É nessa direção que o ensino do planejamento urbano e regional constitui uma questão plena: científica e pedagógica. Acrescente-se, porém, que, com extrema frequência, a problemática do ensino desaparece na reflexão da pós-graduação, pela predominância de discursos que a naturalizam. Esse fato talvez possa ser explicado pela certeza não-dita de que, por se tratar de “adultos formados”, são menores as exigências pedagógicas desse nível de ensino ou, ainda, que o teor da relação orientador–orientando sintetiza, ao fim e ao cabo, tudo o que de fato importa.

Desaparece, dessa perspectiva, a valorização do esforço institucional envolvido na formação de novos profissionais, o que facilita a penetração do produtivismo e do individualismo na avaliação de desempenho. Essa tendência fragiliza as áreas inter e transdisciplinares diante das imposições dos gestores da educação de que seja acelerado o ritmo da pós-graduação, em sintonia com aquele alcançado nas ciências ditas exatas. O que já foi perdido, com essa imposição, nos conteúdos da formação de novos profissionais? Esse seria, sem dúvida, outro interessante (e estimulante) tema de pesquisa. No detalhamento desse tema, seria relevante considerar as conseqüências da perda em conteúdos da formação, no que concerne à presença dos profissionais formados pela área no mercado de trabalho e em funções relevantes para o País.

Por outro lado, o compromisso simultâneo com ensino, pesquisa e extensão – que representa uma bandeira de luta daqueles que defendem a Universidade de qualidade – mereceria ser refletido em direção aos conteúdos das disciplinas oferecidas na área, sobretudo no que diz respeito a técnicas de pesquisa e intervenção. A aplicação potencial do conhecimento não pode (e nem deve) ser confundida com o antes criticado pragmatismo ou com a aceitação da hegemonia do pensamento operacional. Ao contrário, a aplicação do conhecimento distingue, positivamente, a área do planejamento urbano e regional; orientando, também, o diálogo entre disciplinas (Bernardes et al., 2000). Também a relevância atribuída à aplicação do conhecimento justifica a preocupação com as formações

reunidas na pós-graduação, já que o teor prático de formações pretéritas precisa ser incorporado aos níveis superiores de ensino.

DESAFIOS DOS FUNDAMENTOS DA ÁREA

As exigências que atingem a área são também relativas à transformação dos veios teóricos e políticos da sua fundação. A ação do Estado capitalista tem sido fortemente modificada, como exemplificam a substituição de funções e a descentralização de responsabilidades administrativas, em consonância com a reorganização da economia e a alteração em formas de exercício do poder. Essas transformações correspondem a confrontos entre ideários para a democracia e a cidadania, que incluem mudanças em leis e normas e o redesenho de alianças entre agentes econômicos e atores sociais e políticos (Ribeiro, 1998; Rio & Peixoto, 2001).

Também os avanços alcançados na teoria do espaço exigem, hoje, a sua atenta consideração em leituras da totalidade social (Santos, 1996) e na análise da nova base técnica da vida coletiva: desde a afirmação das condições gerais da denominada sociedade de fluxos até o envolvimento da cultura na promoção de lugares ou na conformação de redes de movimentos sociais e empresariais. Por outro lado, a reflexão atualizada do espaço não pode ser alcançada, em plenitude, sem a reflexão de matrizes teóricas, relacionadas à análise do capitalismo, e interpretações da história técnica dos lugares.

Na face da sociedade, o violento processo de exclusão e o esgarçamento da sociabilidade exigem práticas didáticas que favoreçam o real compromisso do Estado com o enfrentamento da questão social. Trata-se da necessidade de que sejam concebidas (e difundidas) formas generosas e integradoras de organização do território e de gestão dos recursos. Ainda a floraram, nas últimas décadas, formatos organizativos e atores sociais que possibilitam interlocuções inovadoras na área do planejamento urbano e regional, como demonstram os grandes temas das reformas agrária e urbana e da justiça ambiental (Acselrad, 1999).

DESAFIOS INSTITUCIONAIS

A ausência de projetos abrangentes para a modernização do território, decorrente da posição ocupada pelo País no cenário mundial, impõe um intenso esforço de reflexão dos novos tipos de ação planejada, como exemplificam a influência das agências multilaterais de desenvolvimento (Barros, 2001) e a atuação de grandes empresas na definição da ação regionalizadora do Estado. Os estudos realizados pela área também não podem desconhecer o fato de que o monitoramento e o controle da vida cotidiana, demonstrativos da hegemonia do pensamento operacional, alteram conteúdos culturais do tecido social, refazendo vínculos entre universidade, sociedade e planejamento.

Entretanto, a superficial acomodação às mudanças na ação planejada (e planejadora) dificilmente poderá conduzir o ensino em instituições universitárias que são depositárias de grandes acervos reflexivos e/ou de responsabilidades com a análise histórica e a valorização das singularidades dos lugares. Tal acomodação destruiria a presença da área na definição de ações de médio e longo prazos, justamente aquelas que correspondem às possibilidades de alargamento da democracia e de redução da desigualdade. Porém, as instituições universitárias têm sido atingidas por exigências imediatas, sem que seja possível,

geralmente, refletir a melhor resposta a pressões heterogêneas e, muitas vezes, contraditórias. Da disputa por financiamento ao aumento da produtividade, as instituições hoje vivenciam experiências que podem levar à dissolução de coletivos e ao conseqüente aumento da competitividade interna.

Essas experiências estão relacionadas a tendências à fragmentação institucional, já que o amoldamento ao presente realiza-se de forma muito desigual a partir de iniciativas individuais. Como distinguir autonomia e liberdade, que são indispensáveis à qualidade do ensino e da produção científica, de individualismo e competitividade? Essa é, sem dúvida, uma tarefa dolorosa e espinhosa; porém, realmente indispensável. Da mesma forma que a interdisciplinariedade não pode ser assumida apenas no plano individual, também a negociação de demandas contraditórias não pode ser enfrentada, somente, ao sabor da percepção do professor/pesquisador, como parecem sugerir alguns dos instrumentos de avaliação do ensino. Ao contrário, tal negociação, para ser bem-sucedida, depende de financiamentos que garantam as instituições em sua totalidade e de seguras (e compartilhadas) formas de intercâmbio acadêmico.

A atualização do ensino numa área instável como a do planejamento urbano e regional é necessariamente uma tarefa de todos os envolvidos, de árdua definição pela sobrecarga de trabalho e pela contínua alteração dos formatos adotados na avaliação do desempenho individual e institucional. Além disso, o ensino, por seu ritmo singular e exigências próprias, sofre a competição de outros desempenhos esperados do professor/pesquisador, desde os relacionados à produção científica até aqueles que incluem a presença eficaz em tarefas administrativas. Em que lugar, da atual hierarquia de valores, encontra-se posicionado, hoje, o antigo (e talvez considerado antiquado) “bom professor”?

PROPOSTAS À ANPUR

A consideração dos desafios apresentados permite a formulação de um conjunto de propostas à Anpur, cuja implementação dependerá, é claro, da sua sintonia com o programa de trabalho da Diretoria e, também, do interesse que eventualmente despertem nos programas de pós-graduação. Algumas dessas propostas incluem iniciativas cujos resultados podem vir a ser considerados relevantes para a publicação no *Boletim da Associação* ou na *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*.

PROPOSTAS A SEREM IMPLEMENTADAS PELA DIREÇÃO DA ANPUR

- Criação da cátedra Milton Santos, dedicada ao estímulo de práticas de ensino que democratizem o conhecimento do espaço;
- instauração de uma comissão permanente de ensino junto à Diretoria;
- lançamento de desafio à área para que explicitie os conceitos de espaço, Estado e sociedade que orientam o ensino;
- mapeamento, junto com as instituições filiadas, do processo de renovação/superação de matrizes teóricas;
- definição da posição da Anpur perante os cursos profissionalizantes estimulados pela Capes;
- formulação de demanda à Capes para que sejam ampliados os critérios qualitativos utilizados na avaliação dos cursos;

- avaliação da possibilidade de estabelecer em Brasília, com apoio dos colegas da UnB, uma forma permanente de acompanhamento da política de ensino do governo federal;
- realização de estudo das grades curriculares que organizam o ensino oferecido na área, através dos relatórios Capes;
- realização de levantamento da formação acadêmica do corpo discente, nos diferentes níveis do ensino oferecido pela área;
- realização de evento, com outras associações científicas, dedicado ao debate dos desafios do ensino em áreas inter e transdisciplinares;
- realização de oficina, com a presença de representantes de outras associações científicas, para exame da política de aceleração da formação implementada pelo governo federal, expressa no estímulo da passagem direta entre níveis de ensino e na redução do tempo de realização do mestrado e do doutorado;
- organização de publicação com depoimentos do corpo docente, das instituições filiadas, sobre desafios do ensino e práticas de orientação de dissertações e teses;
- apoio ao intercâmbio de docentes entre instituições filiadas;
- estímulo à acolhida de estudantes, pelas instituições filiadas, tendo em vista a elaboração de dissertações e teses.

PROPOSTAS A SEREM IMPLEMENTADAS POR INSTITUIÇÕES FILIADAS, COM APOIO DA DIREÇÃO DA ANPUR

- Organização de evento voltado à reflexão do perfil do profissional formado pela área;
- organização de evento dedicado aos desafios didáticos da área, incluindo a extensão e o uso de recursos técnicos;
- realização de oficina dedicada ao exame dos efetivos frutos da pesquisa para as práticas didáticas;
- organização de publicação voltada ao ensino da pesquisa e à análise da intervenção, incorporando técnicas quantitativas e qualitativas;
- organização de seminário sobre a crise paradigmática nas ciências sociais, em seus vínculos com a área do planejamento urbano e regional;
- organização de oficina dedicada à reflexão das conseqüências, para o ensino, da reforma do Estado;
- organização de publicação dedicada aos impactos no ensino da mudança escalar da ação social e da afirmação de novos atores sociais e políticos;
- organização de publicação que explore exigências de formação associadas à transnacionalização do território e à nova mobilidade espacial da população;
- realização de estudo, com base nos *Anais dos Encontros da Anpur*, dedicado à identificação das principais referências teóricas da área;
- realização de oficina dedicada à avaliação de oferta conjunta, por diferentes instituições filiadas, de cursos *on line*.

Ana Clara Torres Ribeiro, socióloga, é professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: ana_ribeiro@uol.com.br

Artigo recebido para publicação em novembro de 2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.1, maio 1999.
- BARROS, F. (Org.). *As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil (2000-2003)*. Brasília: Rede Brasil, 2001.

- BERNARDES, A. et al. *O papel ativo da geografia: um manifesto*. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Florianópolis, 2000.
- DEAK, C. *Globalização ou crise global?* In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR (Ética, planejamento e construção democrática do espaço). Rio de Janeiro: *Anais...* Rio de Janeiro, 28 de maio a 1º de junho, 2001.
- EGLER, T. T. C. Ciberespaço: novas formas de interação social. *Sociedade e Estado*, v.XIII, n.1, 1998.
- GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- RANDOLPH, R. Planejamento urbano e regional, análise territorial e sistemas de informações geográficas. In: NAJAR, A. L.; MARQUES, E. C. (Org.). *Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1998.
- RIBEIRO, A. C. T. Universos em afastamento: planejamento, escalas da economia e sociedade. *Cadernos Ippur*, ano XI, n.1 e 2, 1997.
- _____. Relações sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. *Cadernos Ippur*, ano XII, n.2, 1998.
- RIO, G. A. P. do; PEIXOTO, M. N. de O. Superfícies de regulação e conflitos de atribuições na gestão de recursos hídricos. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR (Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço). Rio de Janeiro: *Anais...* Rio de Janeiro, 28 de maio a 1º de junho, 2001.
- SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (Orgs.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, C. A. da. *Qualificação profissional na construção do Brasil urbano moderno: secularização e sociedade, modernização e espaço*. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- TOPALOV, C. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma da ação sobre a cidade e o habitat? *Cadernos Ippur*, ano XI, n.1 e 2, 1997.

A B S T R A C T *This work recognizes the challenge of teaching urban and regional planning, associated with its academic history and the difficulties related to the update of disciplinary and technical fundamentals. With this goal in mind, this work describes impacts observed in this field that were triggered by changes in State actions, in the configuration of social subjects, in the relationship between technique and science, in the work market and in the theory of space. To stimulate further thoughts on the specific task of teaching urban and regional planning, these impacts are analyzed from the following perspectives: didactic practice, interdisciplinary experience, learning expectations, renovation of the field fundamentals, and institutional facilities for teaching. At last, some suggestions are proposed to Anpur hoping to stimulate a debate on the transmission of knowledge as well as the training of new urban planning researchers.*

K E Y W O R D S *Teaching; space; planning; interdisciplinarity; didactic.*